

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/37251</b>	<b>49513/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DF - DFOP - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

#### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## DESPACHO

**Processo:** 35357/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Segurança e salubridade das edificações

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Processo:** 35357/2025

**Local:** Rua Costa Gomes, n.º 180, Real, Dume e Semelhe

**Assunto:** Obras de conservação – Imóvel

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/34200 de 21 de Outubro de 2025.

### RESOLUÇÃO

De acordo com a informação que antecede, propõe-se:

1. A notificação à proprietária, do imóvel em apreço, nos seguintes termos:
  - De acordo com o artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, a Câmara Municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança, de salubridade e ao arranjo estético, bem como ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, sendo o proprietário, perante o Município, o único responsável pela realização das mesmas.
  - No âmbito de uma vistoria efetuada ao local em apreço, realizada por técnicos deste Município, nos termos da legislação atrás referida, foi elaborado Auto de Vistoria, de 07 /10/2025, cuja cópia segue sob “Anexo I”.
  - Dado o estado em que se encontra o imóvel em questão, com vista a serem repostas as condições de segurança naquele local, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua



redação atual, é intenção deste Município ordenar a execução de obras de conservação, elencadas no ponto 5 do auto de vistoria atrás mencionado, pelo que, dispõe do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual

- Findo o prazo, sem que V. Exas se pronunciem, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, convertendo-se automaticamente em decisão final, dispondo, a partir daí, do prazo de 15 (quinze) dias úteis para executar as obras/trabalhos em causa, sob pena de execução coerciva por parte do Município, a expensas de V. Ex<sup>a</sup>.
- Mais se informa que, deverá, previamente, promover todas as diligências e formalidades legais, nos termos do RJUE, na sua redação atual e do CRMB.
- Caso preveja ocupação da via publica deverá solicitar a respetiva licença
- Alerta-se V. Ex<sup>a</sup> para a responsabilidade civil e criminal que lhe possa advir, caso ocorra qualquer dano para pessoas e bens, resultantes da situação em causa.

2. A notificação à Junta de Freguesia, nos seguintes termos:

Em sequência da exposição de V. Ex<sup>a</sup>, foi realizada, pelo Município, vistoria ao local em apreço, nos termos da legislação o artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) e elaborado o respetivo auto.

- Dado o estado em que se encontra o imóvel em questão, com vista a serem repostas as condições de segurança naquele local, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a execução de obras de conservação, elencadas no referido auto de vistoria atrás mencionado, dispondo o seu proprietário do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual
- Findo o prazo, sem haja pronúncia, presume-se a aceitação do projeto de decisão, que se converterá automaticamente em decisão final, dispondo o proprietário, a partir daí, do prazo de 15 (quinze) dias úteis, para executar as obras/trabalhos em causa, sob pena de execução coerciva por parte do Município, a expensas daquele.
- O proprietário do imóvel foi, ainda, alertado para a responsabilidade civil e criminal que lhe possa advir, caso ocorra qualquer dano para pessoas e bens, resultantes da situação em causa.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.



**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

